

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - 08/2011**

**Cód. 13 – Assistente Social I**

1. Assinale a alternativa CORRETA:

Os princípios norteadores da PNAS/2004 incorporam as disposições estabelecidas na LOAS, que prevê:

- A) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer ordem, não garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- B) universalização dos direitos sociais, a fim de não tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- C) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- D) divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos exclusivamente pelo poder judiciário e dos critérios para sua concessão.

2. A Política de Assistência Social surgiu para consolidar o sistema de proteção social brasileiro como:

- A) uma das dimensões do Welfare State, conjuntamente com a saúde e a previdência social.
- B) uma das dimensões da Seguridade Social, conjuntamente com a saúde e a previdência social.
- C) uma das dimensões do Welfare State, conjuntamente com a educação e a previdência social.
- D) uma das dimensões da Seguridade Social, conjuntamente com a saúde e a educação.

3. Segundo a PNAS/2004, são considerados Serviços de Proteção Social Básica:

- A) aqueles que potencializam a família como unidade estatal, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade, através da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários foram rompidos.
- B) aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.
- C) aqueles que não potencializam a família, não fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.
- D) aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de humanização, através do protagonismo da mulher, mãe de família e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários foram rompidos.

4. Os Serviços de Proteção Social Básica, não estão \_\_\_\_\_ nem dispersos, mas \_\_\_\_\_, referenciados ao \_\_\_\_\_ e articulados ao trabalho com as famílias, realizado pelo \_\_\_\_\_.

Completam os espaços corretamente:

- A) fragmentados - territorializados - CRAS - PAIF.
- B) fragmentados - regionalizados - CRAS - PAEFI.
- C) desarticulados - territorializados - CREAS - PAEFI.
- D) desarticulados - regionalizados- CREAS - PAIF.

5. De acordo com a NOB/SUAS, 2005, a Proteção Social Especial, caracteriza-se como nível de proteção do SUAS, que se destina:
- A) efetivamente a indivíduos em situação de risco pessoal e social, decorrentes das variadas formas de inclusão social.
  - B) efetiva e exclusivamente a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, decorrentes das variadas formas de violação dos direitos humanos.
  - C) a famílias e/ou indivíduos em situação de risco pessoal e social, decorrentes das variadas formas de violação dos direitos humanos.
  - D) efetiva e exclusivamente a idosos em situação de risco individual, decorrentes das mais variadas formas de exclusão social.

6. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais detalha os seguintes serviços de alta complexidade:

- 1- serviço de acolhimento institucional.
- 2- serviço de acolhimento em república.
- 3- serviços de acolhimento em família substituta.
- 4- serviço especializado de abordagem social.
- 5- serviço especializado para pessoas em situação de rua
- 6- serviço de acolhimento em família acolhedora.
- 7- serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Respondem ao enunciado, os itens:

- A) 1, 2, 3 e 4, apenas.
- B) 2, 3, 5 e 7, apenas.
- C) 1, 2, 6 e 7, apenas.
- D) 3, 4, 5 e 6, apenas.

7. O SUAS organizou um modelo de gestão para a PNAS/2004, fundado nos princípios:

- A) da centralização e da participação, garantindo o comando compartilhado das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.
- B) da centralização e da participação, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as semelhanças socioterritoriais.
- C) da descentralização garantindo o comando compartilhado das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as semelhanças e as características socioterritoriais locais.
- D) da descentralização e da participação, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.

8. De acordo com o artigo 8º da lei federal nº 10.836/2004, a execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão:

- A) de forma centralizada, por meio da intersecção de esforços entre os entes federados, observada a setorialidade, a participação comunitária e o controle social.
- B) de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.
- C) de forma descentralizada, por meio da intersecção de esforços observada a setorialidade, a participação popular e o controle social.
- D) de forma conjugada por meio de esforços da união e do estado, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

9. De acordo com o artigo 1º da lei nº 7.853/1989, ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das “pessoas portadoras de deficiência” e sua efetiva integração social e o parágrafo 1º determina que na aplicação e interpretação da lei, serão considerados:

- A) os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito e dignidade da pessoa humana, do bem estar e outros indicados na Constituição Federal ou justificados pelos princípios gerais do direito.
- B) os valores legais do tratamento e das oportunidades, do respeito e do bem estar social.
- C) os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do bem estar e outros indicados no EPCD - Estatuto da Pessoa com Deficiência, justificados pelos princípios gerais do direito.
- D) os valores básicos da igualdade de condições e de oportunidade, do respeito e do bem estar, indicados no E.P.C.D.

10. Conforme estabelece o artigo 1º do decreto federal nº 6.307/2007, Benefícios Eventuais são:
- A) provisões complementares e provisórias, prestadas às famílias em virtude de nascimento, morte, deficiências e de calamidade pública.
  - B) provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos em virtude de deficiências, nascimento prematuro, morte e situações de vulnerabilidade temporária.
  - C) provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
  - D) provisões complementares, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de morte e situação de calamidade pública.
11. De acordo com o artigo 3º do decreto federal nº 6.214/2007, a plena atenção à pessoa com deficiência e ao idoso beneficiário do BPC, exige que os gestores da Assistência Social mantenham:
- A) ação integrada às demais ações das políticas setoriais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, principalmente no campo da saúde, segurança alimentar, habitação e previdência social.
  - B) ação integrada às demais ações das políticas setoriais nacional, municipais e do Distrito Federal, principalmente no campo do trabalho, segurança alimentar, habitação e educação.
  - C) ação integrada às demais ações das políticas setoriais nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal, principalmente no campo da saúde, segurança alimentar, habitação e educação.
  - D) ação integrada às demais ações das políticas setoriais estaduais e municipais, principalmente no campo da saúde, inclusão produtiva, habitação e educação.
12. A NOB-RH/SUAS, estabelece que a equipe de referência para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no CREAS num município em gestão plena, deverá ser composta por:
- A) 01 assistente social, 01 psicólogo, 02 advogados, 01 profissional de nível superior ou médio (abordagem dos usuários), 01 auxiliar administrativo.
  - B) 01 coordenador, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 advogado, 04 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários), 02 auxiliares administrativos.
  - C) 01 coordenador, 01 assistente social, 01 advogado, 02 auxiliares administrativos.
  - D) 01 coordenador, 01 assistente social, 02 psicólogos, 01 profissional de nível superior ou médio (abordagem dos usuários), 01 auxiliar administrativo.
13. O artigo 203 da Constituição Federativa do Brasil estabelece que a Assistência Social será prestada:
- A) a quem dela necessitar, de acordo com contribuição à seguridade social.
  - B) a quem dela necessitar especificamente na esfera municipal.
  - C) a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
  - D) a quem dela necessitar e que em algum período da vida, tenha contribuído com a previdência social.
14. O artigo 1º da Lei Maria da Penha, dispõe sobre a criação:
- A) dos Juizados de pequenas causas contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
  - B) dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
  - C) dos Tribunais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de dano moral.
  - D) dos Tribunais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de constrangimento.
15. A reflexão sobre Metodologias de Trabalho Social, constitui-se atualmente:
- A) um desafio, considerando os massivos programas implantados para enfrentamento e redução da pobreza e da desigualdade social.
  - B) um obstáculo, considerando os massivos programas implantados para enfrentamento e redução da pobreza e da desigualdade social.
  - C) um empecilho, considerando os massivos programas implantados para enfrentamento e redução da pobreza e da desigualdade social.
  - D) um entrave, considerando os massivos programas implantados para enfrentamento e redução da pobreza e da desigualdade social.

16. Assinale a alternativa CORRETA.
- A) A noção de família define-se em torno de um eixo moral, traçando suas fronteiras sociológicas segundo o princípio da obrigação que lhe dá fundamento, estruturando suas relações.
  - B) Na formulação de políticas sociais é importante não manter o foco na família, entendida em sua dimensão de rede.
  - C) A circulação de crianças, que acontece mesmo em famílias que não se romperam, não pode ser interpretada como padrão legítimo de relação com os filhos.
  - D) No mundo simbólico dos "pobres", a família tem precedência sobre os indivíduos, e a vulnerabilidade de um de seus membros não implica no enfraquecimento do grupo como um todo.
17. O ECA estabelece no artigo 6º, que levar-se-ão em conta os fins sociais a que ele se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres:
- A) sociais e a condição peculiar dos menores de idade.
  - B) sociais enquanto cidadãos brasileiros.
  - C) individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
  - D) dos cidadãos que representam o futuro da nação.
18. O ECA estabelece no artigo 7º, que a criança e o adolescente tem direito a proteção à vida e à saúde mediante:
- A) a viabilização de programas assistenciais que garantam o desenvolvimento de cada cidadão.
  - B) a elaboração de políticas sociais, voltadas ao terceiro setor, viáveis para o desenvolvimento humano.
  - C) o estabelecimento de medidas preventivas de atenção a saúde e que contemplem o atendimento pré e perinatal.
  - D) a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
19. O artigo 46 do ECA, estabelece que pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, a adoção será:
- A) precedida de estágio de permanência com a criança e o adolescente, observadas as peculiaridades do caso.
  - B) antecedida de estágio probatório com a criança e o adolescente.
  - C) antecedida pelo período de ambientação com a criança e o adolescente.
  - D) precedida de estágio de convivência com a criança e o adolescente, observadas as peculiaridades do caso.
20. O artigo 49 do ECA prevê no caso de adoção que:
- A) a morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
  - B) que a adoção é irrevogável.
  - C) a morte dos adotantes não restabelece o poder familiar ("pátrio poder") dos pais naturais.
  - D) um pedido de adoção não poderá ser unilateral.
21. As alterações recentemente efetuadas no ECA, indicam a substituição do termo "abrigo" por:
- A) acolhimento social.
  - B) moradia institucional.
  - C) moradia social.
  - D) acolhimento institucional.
22. De acordo com o artigo 3º do Estatuto do Idoso é correto afirmar:
- A) que é dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
  - B) que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
  - C) que a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
  - D) que o direito à liberdade compreende, entre outros aspectos, a crença e o culto religioso.
23. No que se refere às penalidades, o código de ética profissional, estabelece que a pena de suspensão acarreta ao assistente social:
- A) a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 02 (dois) anos.
  - B) a interdição do exercício profissional na região administrativa onde está inscrito, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 02 (dois) anos.
  - C) a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a 5 (cinco) anos.
  - D) a interdição do exercício profissional na região administrativa onde está inscrito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a 5 (cinco) anos.

24. Relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª e assinale a ordem correta correspondente.

- |               |   |
|---------------|---|
| 1 - Programas | ( ) compreendem ações integradas e complementares tratadas no artigo 24 da LOAS, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos.  |
| 2 - Projetos  | ( ) atividades continuadas definidas no artigo 23 da LOAS, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população |
| 3 - Serviços  | ( ) definidos nos artigos 25 e 26 da LOAS, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populares em situação de pobreza.                                  |

- A) 1 – 2 – 3.  
B) 2 – 1 – 3.  
C) 1 – 3 – 2.  
D) 3 – 1 – 2.

25. É CORRETO afirmar que:

- A) de acordo com o artigo 230 da Constituição Federal os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente nos Centros de Convivência para Idosos.  
B) o Estatuto do Idoso estabelece no artigo 220 que os filhos têm a obrigação de incluir os pais idosos nos planos de saúde, os quais venham a adquirir.  
C) o Estatuto do Idoso no artigo 14, estabelece que se o idoso ou seus familiares não possuem condições econômicas para prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento no âmbito da Assistência Social.  
D) a família formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes é denominada família convencional.

26. A LOAS prevê a concessão e a manutenção de benefícios monetários em caráter de prestação continuada a determinados segmentos incapacitados para prover sua própria subsistência ou tê-la provida por sua família. Sendo indicado, portanto:

- A) para os idosos com mais de 70 anos e às pessoas com deficiência física.  
B) para os idosos com mais de 60 anos e às pessoas com deficiência física.  
C) para os idosos sem limite de idade e às pessoas com deficiência.  
D) para os idosos com mais de 65 anos e às pessoas com deficiência.

27. No que se refere ao Estatuto do Idoso, o artigo 19 determina, que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra o idoso, serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos:

- |                                  |                                       |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| 1 - Autoridade Policial          | 5- Comitê Municipal da Terceira Idade |
| 2 - Conselho Tutelar para Idosos | 6- Conselho Estadual do Idoso         |
| 3 - Ministério Público           | 7- Conselho Nacional do Idoso         |
| 4 - Conselho Municipal do Idoso  |                                       |

Respondem ao enunciado, os itens:

- A) 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.  
B) 2, 3, 5, 6 e 7, apenas.  
C) 1, 3, 4, 6 e 7, apenas  
D) 1, 2, 5, 6 e 7, apenas.

28. Analise as afirmativas a seguir, assinale (C) para certa ou (E) para errada e marque a alternativa que indica a ordem CORRETA.

- ( ) Aos idosos, a partir de 65 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da LOAS.  
( ) O parágrafo único do artigo 14 do ECA, determina que a vacinação da criança ou adolescente recomendada pelas autoridades sanitárias não é obrigatória, cabendo aos pais ou responsáveis a opção por tal procedimento.  
( ) De acordo com o ECA, os estabelecimentos de saúde e de ensino, devem obrigatoriamente denunciar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra a criança ou adolescente.

- A) C – C – E.  
B) C – E – C.  
C) E – E – C.  
D) C – C – C.

29. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, tem por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, tendo em vista o enfrentamento à pobreza, a universalização dos direitos sociais, entre outros. Desta forma analise as afirmativas a seguir, assinale (C) para certa ou (E) para errada e marque a alternativa correspondente.
- ( ) A Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado. É uma política de Seguridade Social, e portando exclusivamente contributiva, compreendendo ações da iniciativa pública e privada.
  - ( ) As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo do Política de Assistência Social, ou seja os conselhos em seus vários níveis, tem composição paritária entre o poder público e a sociedade civil.
  - ( ) Uma das diretrizes da LOAS é a descentralização política administrativa para os Estados, Distrito Federal e os municípios, o que significa autonomia para todos. Sendo assim, é fundamental que todas as ações sejam centralizadas e comandadas pelo governo federal.
- A) C – C – E.  
B) C – C – C.  
C) E – C – E.  
D) C – E – C.
30. A Ética Profissional recebe determinações que antecedem a escolha pela profissão e inclusive a influencia, uma vez que fazem parte da socialização primária que tende a reproduzir determinadas configurações éticas dominantes que se repõem cotidianamente, mediante relações mais amplas. Desta forma no que se refere ao assunto, julgue se os itens a seguir, estão (C) certo ou (E) errado e assinale a alternativa correspondente.
- ( ) Dentre as determinações da ética profissional encontra-se o conhecimento dado pela base filosófica incorporada pela profissão.
  - ( ) Podemos observar que a ética profissional é permeada por conflitos contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão.
  - ( ) As visões de homem e de mundo, adquiridas pelos Assistentes Sociais não interferem no comportamento ético profissional.
- A) E – E – C.  
B) C – E – C.  
C) E – C – C.  
D) C – C – E.
31. De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social - capítulo I, que trata das relações com os usuários, assinale os itens abaixo com (C) para certo ou (E) para errado e marque a alternativa correspondente.
- ( ) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária, nas decisões institucionais, é dever do assistente social.
  - ( ) Também é dever do assistente social, ao iniciar um trabalho, esclarecer os usuários sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.
  - ( ) É vedado ao assistente social, a democratização de informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional.
- A) E – E – E.  
B) E – E – C.  
C) C – C – E.  
D) C – C – C.
32. O capítulo III do Código de Ética Profissional do Assistente Social, trata das relações com os assistentes sociais e outros profissionais, e quanto ao assunto, assinale os itens abaixo com (C) para certo ou (E) para errado e marque a alternativa correspondente.
- ( ) É dever do assistente social, repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
  - ( ) Incentivar sempre que possível a prática profissional interdisciplinar, é dever do assistente social.
  - ( ) É proibido ao assistente social a convivência com falhas éticas e com erros técnicos praticados por outro assistente social e por qualquer outro profissional.
- A) E – E – E.  
B) E – E – C.  
C) C – C – C.  
D) C – C – E.

33. De acordo com a Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ que visem a redução do risco de doenças graves e de outros agravos e o acesso \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ às ações e serviços para sua promoção, proteção e \_\_\_\_\_.

Completam os respectivos espaços:

- A) sociais – de saúde – universal – totalitário – segurança
- B) sociais – econômicas – universal – igualitário – recuperação
- C) de saúde – econômicas – total – individual – recuperação
- D) universais – totalitárias – total – igualitário – recuperação

34. É CORRETO afirmar que:

- A) o Estatuto do Idoso no artigo Art. 16., estabelece que ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- B) de acordo com o artigo 230 da Constituição Federal os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente nos Centros de Convivência para Idosos.
- C) o Estatuto do Idoso estabelece no artigo 220 que os filhos têm a obrigação de incluir os pais idosos nos planos de saúde, os quais venham a adquirir.
- D) a família formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes é denominada família convencional.

35. O direito a liberdade de acordo com o artigo 10 parágrafo 1º do Estatuto do Idoso, compreende entre outros o seguinte aspecto:

- A) a faculdade de ir, vir e buscar refúgio político em situações partidárias e conflituosas.
- B) a faculdade de não cumprir formalidades legais após os 60 (sessenta) anos de idade.
- C) a faculdade de ir, vir e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- D) a garantia da prática de esportes radicais, apesar da idade.

36. No que se refere ao transporte coletivo interestadual, o artigo 40 - inciso I do Estatuto do Idoso, estabelece:

- A) a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 4 (quatro) salários mínimos.
- B) a reserva de 4 (quatro) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.
- C) a reserva de 2 (duas) vagas para o idoso que comprovar renda mensal per capita inferior a ¼ do salário mínimo.
- D) a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.

37. O artigo 47 inciso I do Estatuto do Idoso, estabelece como linhas de ação da política de atendimento:

- A) as políticas sociais básicas previstas na lei 8.842 de 07 de dezembro de 1993.
- B) as políticas sociais básicas previstas na lei 8.842 de 04 de janeiro de 1996.
- C) as políticas sociais básicas previstas na lei 8.842 de 04 de janeiro de 1994.
- D) as políticas sociais básicas previstas na lei 8.842 de 07 de dezembro de 2004.

38. Conforme estabelecido no ECA, a atribuição do Conselho Tutelar:

- A) julgar a pedido da autoridade judiciária o adolescente a quem se atribua ato infracional.
- B) promover a execução de suas decisões, podendo para tanto representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- C) fornecer auxílio emergencial às famílias em situação de vulnerabilidade social.
- D) determinar tratamento especializado à criança e adolescente dependente de substância química.

39. Conforme estabelecido no ECA, o poder familiar, será exercido:

- A) em igualdade de condições pelo pai e pela mãe
- B) pelo pai e pela mãe, respeitando-se a autoridade do pai.
- C) pelos pais, seguidos dos avós.
- D) essencialmente pelo pai.

40. De acordo com o código de ética profissional, no que se refere aos direitos e responsabilidades gerais do assistente social é considerado dever:
- A) liberdade na realização de estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.
  - B) ser conivente com contravenções penais na prestação de serviços profissionais.
  - C) livre exercício das atividades inerentes à profissão.
  - D) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses.